

deverem definir-se em função daquilo que toda a população espera, que era uma tomada de posição da Câmara em relação aos fatos que estavam sendo de fato acontecendo e do conhecimento público com o acompanhamento da imprensa. Nesse também que apesar dos atitudes do Governo, apesar dos "clichês" do Governo, não prevalecer a consciência livre do Vereador, como pressuposto legítima e democrática da população, com o posterior afastamento e bom-nimto da vida pública do Município do Prefeito Municipal, sendo criada uma página negra na vida de Cabo Frio, no que encerrou sua fala. Não havendo mais oradores inscritos para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente Vereador Manoel da Rocha Mendes, já na direção dos trabalhos conduziu os trabalhos para o seguinte dia dedicado a Ordem do Dia. Nesta etapa foram apreciados os seguintes matérias: Aprovado Parecer Favorável do Conselho de Educação Local o Projeto de Resolução nº 018/94, encaminhados a Comissão de Constituição e Justiça os seguintes Projetos de Resolução de nº 024/94, 025/94, 026/94 e 027/94. Aprovado o requerimento nº 174/94 e a Indicação nº 177/94. Terminado o Or. item do dia e não havendo oradores para o uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavasse o presente Ata, que depois de lida, subscrita e aprovada Minúcia, aprovada será assinada para que produza seus efeitos legais.

M. Mendes

Ata da Reunião Extraordinária da Segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 29 (vinte e nove) de setembro de 1994 (mil novecentos e noventa e quatro).

As dezesseis horas do dia 29 (vinte e nove) de setembro do ano de 1994 (mil novecentos e noventa e quatro), sob a Presidência em Exercício do Vereador Luiz Antônio de Melo Cabas, e com a ocupação do Primeiro Secretário

da hora" pelo Vereador Guy Silveira da Rocha, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Eduardo Corio Kito e Waldir Maurício de Aquino Neto. Não havendo número regimental, o Senhor Presidente em exercício suspendeu a Sessão por 05 (cinco) minutos. Terminado os trabalhos, o Senhor Presidente Vereador Marcos do Rocha Mendes, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário Vereador Dirceu Pereira da Silva que procedesse a chamada regimental para constatação de "quorum". Além desses responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Guy Silveira da Rocha, Adailton Lino de Andrade, Aires Bezerra de Figueiredo, Alfredo Luiz do Rocha Barreto, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Antônio Carlos de Carvalho Trindade, Eduardo Corio Kito, Wacquirim Schmidt, Luiz Antônio de Melo Lopes, Wilton da Silva Pereira, Silas Rodrigues Bento e Waldir Maurício de Aquino Neto. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão em nome de Deus. A seguir, foi lida e aprovada a Ata da última Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo. A seguir, o Senhor Presidente após o cumprimento do rito regimental solicitou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que consta do seguinte: Ofício nº 332/94 - Excmº Senhor Prefeito Municipal de Cabo Frio, assunto: Responde o requerimento nº 143/94 de autoria do Vereador Dirceu Pereira da Silva.; Ofício nº 333/94 - Excmº Senhor Prefeito Municipal de Cabo Frio, assunto: Encaminha o Balanço da Prefeitura e Dispensa do Município de Cabo Frio, referente ao mês de julho de 1994, para aprovação desta Casa.; Requerimento nº 115/94 de autoria dos Vereadores Eduardo Corio Kito e Dirceu Pereira da Silva, assunto: Requerem ao Excmº Senhor Prefeito Municipal informações sobre o Mercado Municipal Sebastião Lan.; Requerimento nº 116/94 de autoria do Vereador Eduardo Corio Kito, assunto: Requer ao Excmº Senhor Prefeito Municipal informações mais detalhadas em relação as respostas contidas no Ofício GMPRE nº 120/94.; Requerimento nº 117/94 de autoria do Vereador Eduardo Corio Kito, assunto: Requer ao Excmº Senhor Prefeito Municipal informações quanto ao cumprimento da Lei nº 554 de 26 de dezembro de 1985.; Requerimento nº 118/94 de autoria do Vereador Eduardo Corio Kito, assunto: Solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal informações quanto ao cumprimento da Lei nº 1025 de dezembro de 1989, pelo divórcio de Ivens Leite.; Indicação nº 119/94 de autoria do Vereador Antônio Carlos Pereira da Cunha

assunto Soluto ao Exmo Senhor Prefeito Municipal a Realização de um novo
 teste físico para os concorrentes ao Emprego de Guarda Municipal, que não foram
 aprovados no teste já realizado, Projeto de Resolução nº 028/94 de autoria do Vereador
 Edivaldo Correia Neto, assunto: Confere título de Cidadão Cabocano ao Senhor
 Jacyr Mattos da Silva, Terminado a leitura do Expediente, o Senhor Presidente
 agradeceu a Tribuna aos oradores insuítos em livro próprio. Como primeiro orador
 insuíto, ocupou a Tribuna o Vereador Wlly Antônio de Melo Boba, falando inicialmente
 que ocupava a Tribuna para explicar o fato de ter sido equivocadamente "chamado
 calhudo" por dois Vereadores com assento no Caxo, pois não era papel de homem
 menor, principalmente no Imprensa e abnegando a honra de outro homem. Disse
 que o verdadeiro homem enfrentava outro no olho e os covardes, com recortes
 pequenos, manipulados por um gênio mau, como "manonites" faziam acusações
 levianas, e afirmando que falavam a verdade. Disse que com quarenta e dois
 anos, com uma vida honrada sob seu nome divulgado pela televisão, com
 mentiras, e que realmente havia votado a favor da EPI pois entendeu que todos
 os fatos tinham que ser apurados. Prossequindo, disse que no decorrer do mês de
 setembro ano d'atip do Caxo, só se houveram mais covardes, sem coragem pa-
 ra assumirem a Tribuna e dizer o que ocorreu na Câmara. Aduziu que no mo-
 mento na minoria, estava sendo esmagado e por certo outros estavam na Tri-
 buna esboçando, preparando armadilhas e ciladas. Enfatizou que quando deu
 o voto ser Vereador sobre que teria pedras no meio do caminho. Comentando so-
 bre a EPI, disse que ficou observando que grupos iam se formando, e com idéias já
 definidas para eleger o Prefeito Municipal, e assim antes de relatar estar pronta a
 cama do Prefeito, estava pronta com pregos. Falou a seguir de suas divergências com
 o Prefeito, e assim, quisera colocar o seu voto independente no "cabresto". Afi-
 rmou que não iria compactuar porque estavam havendo manobras escusas, e em
 quarenta e dois anos nunca prezara se envolver em tais práticas, pois teria vergo-
 nha de olhar seus filhos para a cara. Prossequindo, disse que talvez os que já haviam pe-
 nhado de mãos com os que estavam organizando a "tramóia" para tomar a Prefe-
 ctura de Cabo Frio, não tinham coragem de subir a Tribuna, se realmente eram
 homens que honravam as suas vestes. Disse que tais pessoas deviam ser homens
 e não pecarem com erros de senozos, pois com o decorrer dos anos já haviam im-
 plorado tais práticas, Adiantando, disse que percebendo tal manipulação e tendo que

se definir, se como Vereador quis ocutar a proposta de quanto ganharia para
passar o Prefeito, independente de ter ou não o Relatário do CPI. Disse em press-
quiminto que quisam negociar o seu voto, mas lamentavelmente os Vereadores
Edailton Pinto de Andrade, Luqum Schvindt mentiram na televisão, omitindo
que já tinham acordado com o grupo de fora, no caso, palavras ditas pelo Senhor
Edailton Pinto de Andrade em sua sala, e tinha testemunhos de que receberia
dois mil e quinhentos reais dois dias antes da votação e mais dois mil e qui-
nhentos reais posteriormente a votação. Disse ver triste um Vereador ter
que cuspar o Tribuna e dizer a verdade, sofrendo ameaças, com telefone de
sua residência tocando às onze e trinta da noite anterior com alguém dizendo
para que calasse a boca. Graçimos que continuava, que não calava, mesmo
com as ameaças de tua, porque iria denunciar. Em pressquiminto, disse
que após a sua saída ao encontro, os boatos começaram a ser espalhados, de
mesmo fôrma as invidades, por certo preparadas por uma cabeça privilegia-
da. Em relação ao Ilustre Vereador Nival Perera da Silva, disse ter comunica-
do ao mesmo que não participaria, que preferia permanecer assim em tal situação,
gratou que embora as ameaças não havia ficado do lado do Prefeito, que não
havia fechado nenhum acordo, que preferia ficar neutro, mas tal posicionamento
estava ficando caro, sendo difamado. Adiante disse ser fácil educar outro pe-
sso em situação constrangedora, bastando um mais inteligente manobrar dois
ou três, para difamar, para massacrar, para que o atingido recuar. Falou es-
tar estorrecido porque do jeito que estavam os coisas, havia incomodado, não ape-
nas a alguns Vereadores, mas também poderes econômicos de fora. Pressquindo,
disse que resistiria as calúnias, mas pedia ao povo que ficasse atento e que fosse
o julgador, e assim apareceria a verdade. Lamentou não ter sido instaurada CPI
para apurar o desaparecimento dos cento e trinta milhões de reais da Prefeitura. Gra-
mos que não gostaria de estar envolvido em música de carnaval, através de hadi-
cungibloco carnavalesco de São João, e assim se revelava, pois não compachava
no. Graçimos que os dois Vereadores haviam ido a sua sala, e tinha teste-
munhos, dizendo que eram dois mil e quinhentos depois da votação, e indagavam
porque o Vereador Pedro não ocutava. Disse que encerrava seus comentários e
colocara uma pedra sobre o assunto, e deixava apenas o direito de dizer tanto no
Râmara como na imprensa, tendo decorado que de nada sabia, pois os Vereadores

27

não haviam dito que não denunciariam o Vereador Lemos, e esperava que a onda de boataria luminosa, lembrando que o Presidente também fora vítima de comen-
tários maldosos, em relação a consumo de gasolina no Câmara, o que era uma
inverdade, pois todos sabiam que o cidadão Marcos do Rocha Mendes era um ho-
mem íntegro, e assim, iniciou sua fala. O requer, ocupou o tribuna o Vereador
Adailton Pinto de Andrade, observando que todos haviam ouvido as críticas
de um Vereador, dirigidas a outros Vereadores, indagando a requer, porque o
dito Vereador que havia sido chamado para levar "propina", porque não denun-
ciara de imediato pelo televisor. O requer disse que o Vereador não havia tal com-
portamento porque não era honesto, porque colocara o voto pelo emprego de sua es-
posa, e que o Prefeito tanto evitara dizendo que era Secretário em capacidade
para trabalhar no ex-Governo. Afirmer que o Vereador tinha que ter moral para
repor suas idéias e não ficar de "fotocópias". Quando prosseguimento a sua fo-
la, disse que realmente denunciara, pois juntamente com o Vereador Joaquim
Schmidt, fora chamado pelo Vereador Luiz Antônio de Melo Lemos para fazer
parte do Governo e, haveria mais um salário de Vereador "por fora" durante dois
anos, e que havia um Secretário que fizera parte do Governo São Saldanha e que
iria repassar o dinheiro junto com o Governo José Bonifácio. Disse que eram
duas palavras contra uma e que se o caso fosse para a justiça, melhor pois o
novo seria quem estava falando a verdade. Prossequindo, disse ter quase certeza
que a Antiga DESERT em janeiro ou fevereiro havia recebido um cheque de
oitenta cruzados ou oitocentos cruzados e, havia visto no bolso do Vereador.
Adiante, disse que nunca gostara de brigar com Vereador, e, já estava em
segundo mandato, mas quando viu um Vereador de "gola larga", que era em
primeiro, por cima do Vereador Adailton Pinto de Andrade não ia passar, e mais,
que já passara por tudo na vida, mas, nunca fora enganado. Disse que não ia
haver honrando seu mandato, denunciando e ia até o fim, e denunciando
também o candidato do PDT, e não mostrar para todos o que era safadeza, co-
mo o Prefeito avencera usando a máquina do Estado como todos sabiam,
havendo inclusive o Processo na Polícia Federal. Disse que o Prefeito não fo-
ra casado porque Blair Corio perdira o prazo, e se fosse com São Saldanha a his-
tória seria outra. Disse que tal Prefeito fora corrupto, usara a máquina do Estado,
holando luz usando "gola", direito da sua. Prossequindo, disse que o Vereador

Para Sampaio, candidato a Deputado pelo PDT, estava entregando certidões de lançamento falsas, no Palácio Eivaldo Sales o que era um verdadeiro absurdo, sem qualquer planta. Finalizando, disse que era um Vereador com coragem e que honrou o seu voto, e por tais razões denunciara e continuaria a denunciar, no que encerrou seu fala. A seguir, ocupou a Tribuna o Vereador Artur Pereira da Silva, afirmando inicialmente que o que ocorreu atualmente na Câmara Municipal de Cabo Frio devia ser devidamente esclarecido. Quanto ao Vereador Luiz Antônio de Melo Cabos ter dito que por ele "edocava uma pedra sobre o assunto", reiterou o orador que pensava de forma contornada, pois não se podia edocar uma "pedra" em assunto de tamanha gravidade, e fundamentalmente deveria ser instaurado uma Comissão de Inquérito para apurar em todos as suas conseqüências as denúncias formuladas pelos Vereadores. Prossequindo, disse entender que o Ministério Público do Comarca deveria tomar uma posição, pois era inadiável que fato de tal gravidade não fosse apurado. Com relação a denúncia de sua autoria, culminando com a instauração de Comissão Processante tendo em vista apuração de infrações Políticas Administrativas cometidas pelo Prefeito, disse que a mesma era apoiada por Vereadores sem comprometimento com a administração Municipal, pois caso contrário fosse, a autonomia da Câmara seria vendida ao Prefeito Municipal. Disse que sobretudo os Vereadores que integravam a Comissão Processante, tinham "urgência na cara" respeitavam a população. Com relação as críticas que vinha sofrendo, disse estranhar, pois havia se tornado em inimigo número um do Prefeito Municipal e apenas porque manifestara o desejo de ver a Lei sendo cumprida. Prossequindo, disse que na condição de observador, já que não podia votar no Relatório da Comissão, afirmou que das nove denúncias que apresentara, cinco haviam sido provadas antes, através de Antidotos fornecidos pela Câmara e, incriminando o Prefeito do Município de Cabo Frio. Prossequindo, disse que suportava os ataques do Prefeito, pois ophnal de contas pro o Vereador Artur Pereira da Silva o responsável pelas muitas noites sem sono deo mesmo, na busca da verdade exigida pelo povo, mas, se sua honra fosse atingida não exigiria uma tomada de posição da Casa do Ministério Público. Disse ser necessário ser revelado o nome do conspirador que oferecia dinheiro, que tentava comprar votos, mas, todos sabiam o nome daque

le que usava a máquina para comprar votos no Caxo, e se chamava por São
 João Ferreira Noutinho. Prossequindo, disse conhecer os nomes dos que queriam ele-
 zar o Prefeito e poderia estar milhares de nomes, e evidente que não poderia
 estar todos nomes, evidente que não por se tratar de corruptores, mas por-
 que seria impossível estar o nome de toda a população de Cabo Frio que não
 aceitava mais o corrupto, o vendilhão, o enganador do povo a frente dos
 olhos de Cabo Frio. Afirmando que mesmo assim, tentava comprar votos, ma-
 nipular a Câmara, e exonerava Secretários, exonerava Administradores de
 Bairros em troca de votos para salvar-se da cassação. Em continuação dis-
 se, acreditar na Câmara Municipal e valer-se de expressão do próprio Prefeito
 quando o mesmo disse que o Caxo era composta em sua maioria por homens
 de bem, e que não iriam complicitar com o mar de lama que havia inundado
 o Município nos últimos dias, quando o Prefeito tentava comprar as consciên-
 cias livres dos Vereadores. Lembrou que quando apresentou as denúncias para
 a instauração da CPI, fora ridicularizado, que as pessoas viam de sua iniciativa,
 mas tinha a oportunidade de comunicar que fizera um trabalho sério, sem co-
 achinhos com Vereadores, e continuava com o mesmo comportamento, até
 porque estava impedido de votar o Relatório da Comissão. Com relação ao Vere-
 ador Luiz Antônio de Melo Pólos disse que realmente conversara, porque era do
 seu Partido e seu Partido já fechara questão pelo cassação do Prefeito, e assim,
 fora pedir como Presidente do Partido, para levar ao referido Vereador a pe-
 sagem do Partido que era pela cassação, e se o voto do Vereador se fosse de
 outra forma seria da impiedade, esperando que o Vereador refletisse a respei-
 to da questão e a seguir encerrou sua fala. Não havendo mais assuntos inscul-
 tos para o uso da tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos para o regimento
 dedicado o Ordem do Dia. Neste etapa foram aprovadas as seguintes matérias: A-
 nexo Plano Favorável da Comissão de Educação Final no Projeto de Lei nº 023/94.
 Encaminhado a Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Resolução nº 028/94.
 Aprovados os seguintes requerimentos: Requerimento nº 175/94, 176/94, 177/94, 178/94.
 Aprovado a Indicação nº 178/94. Após o encerramento do regimento dedicado o Ordem do
Dia, o Vereador Sílos Rodrigues Pinto, arquiado pelo Ordem disse: "Senhor Presidente,
 eu gostaria que fosse insculda no Olo, para conhecimento de toda a plateia, de toda
 Cabo Frio, e pedir providências à Vossa Excelência, uma vez que ontem eu fui apre-
 sentado"

Atacado por mim pelo Vereador Luiz Antônio de Melo Sobas, no corredor da Câmara. Sou um Vereador imparcial com relação a EPT, não tenho sido com portamentos agressivos, simplesmente sou um Vereador, e posso falar o que quero e gostar o que Vossa Excelência tomasse imediatamente as providências. Só isso. Obrigado" Em resposta disse o Senhor Marcos da Rocha Mendes (Presidindo): "Essa Presidência gostaria que o Ilustre Vereador fizesse a-havés de ofício a Presidência a diminuir." A seguir, o Senhor Presidente chamou a Tribuna para Explicação Pessoal, o Vereador Lucaim Schwandt, falando inicialmente ter sido atingido por um Vereador que estava nervoso e tomado por inusitadas irregularidades, que buscava briga com todo mundo e que estava descontrolado. Disse que o referido Vereador que dizia ter boas formações, estava apenas defendendo interesses próprios, e que o dito Vereador já trabalhava para o Governo São Baldanha com sua empresa recebendo do atual Governo, e, estava no balancete e até o cheque que fora pago. Prossequindo disse que na condição de Vereador não tinha parentes trabalhando na Prefeitura, e assim, o Vereador que o acusava tinha que ter as mãos limpas, para todos verem, mas não as mãos limpas que fora pregado pelo atual Governo e hoje se envolveu em mar de lama. Prossequindo, disse que prestava tais esclarecimentos porque qualquer pessoa podia fazer um levantamento de sua vida, reafirmando que nunca recebera benefícios de Prefeitura, benefícios tal ponto que viessem a lhe comprar e muito menos do Vereador que o havia chamado ao seu Gabinete para lhe oferecer um salário dobrado. Disse que não precisava de mais um salário, que tinha que receber o que era honesto e assim encerrou sua fala. A seguir, chamou a Tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Antônio Carlos de Carvalho Andrade, falando inicialmente que não iria de sua vontade ocupar a Tribuna para responder a qualquer pessoa, e tendo sido informado que através do Programa Amaury Valério, o Vereador Luiz Antônio de Melo Sobas o acusava também. Prossequindo, disse que ao ouvir o seu discurso, com ironia falando do Vereador Adailton Pinto de Andrade, por pronunciar uma palavra errada, disse que apenas dizia que a resposta para o referido Vereador viria com o decorrer do tempo. Com relação ao passado ilibado pelo Vereador, o proprietário da Auto Viação So-lheuro sabia melhor do que o orador. Lembrou que no ano anterior, aos gritos

o referido Vereador diz que Salimuro estava sob sua tutela e que não acabaria com a Salimuro e, estava a boca, o Salimuro, embora não quizesse acusar ninguém, tinha fama de comprar políticos, isto é, o que se dizia em Cabo Frio, não acreditava, mas isto é o que se dizia. Quando, disse que o silêncio às vezes prova o temperamento, o caráter do homem e não era falando que se provava alguma coisa. Adiante, disse que sua intenção não era discutir ou responder ao Vereador, na comparação que fizera com o Vereador Adailton Pinto de Andrade. Enfatizou que suas palavras seriam curtas porque existe um desmoralamento, não havia nível moral para responder ao Vereador e a condição moral do ausente ou do preso que o havia acusado e o mais Vereadores era também, ele mesmo para a população que não sabia resposta. Disse que no caso se havia, uma providência da Presidência da Câmara quanto ao procedimento dos Vereadores Adailton Pinto de Andrade e Leaquim Schwindt, também do Vereador Silas Rodrigues Brito que fora atacado, agredido nos corredores da Câmara. Disse que quando um Vereador chegava ao ponto de agredir um colega porque dizia que não aceitava tal importância era realmente uma loucura. Disse que até desculpava tais passagens que o Vereador demonstrara ao longo do Governo por Honifácio, quando mudava o voto em cada semana, e deveria ter até seus interesses, já relatados, como um firma que recebia da Prefeitura e não entrava no mérito porque não vira ainda o Balanete, mas já fora maltratado por alguns Vereadores e assim o razão de mudar um mês para um lado e um mês para outro. Enfatizou que por uma posição de nível tão baixo, é que estava levando a Câmara, a se desmoralizar junto a população, levado por uma figura que ao longo dos últimos seis ou oito anos, provava sua condição moral, por tal motivo se reservava a não responder. Disse estar de pleno acordo com o Vereador Wlton de Silva, que não deveria ser colocada uma "pedra" e que deveria continuar na Câmara ou na justiça, para provar que os Vereadores Adailton Pinto de Andrade e Leaquim Schwindt haviam sido convidados pelo já referido Vereador para votarem contra a Comissão. Comentou que tais fatos estivessem ocorrendo, porque a Câmara deveria ser apenas a instituição realizadora do Executivo, para representar o voto popular, mas um Vereador tentava a todo custo aparecer como sério para a população através dos meios de comunicação e tentando levar a reboto a Câmara Municipal, e, com isso levando até mesmo o Presidente

Am

do caso que era um homem rico. Julgou que a Câmara tinha por obrigação tomar providência contra os atos e palavras de tal Vereador que em sua modesta opinião não tinha qualquer condição de legislar para o povo de Cabo Frio, no que entrou sua fala. A seguir, ocupou a tribuna o Vereador Wilson da Silva, falando inicialmente que não iria fazer uso do tribuna, mas ouvindo o que mais parecia ser um "balalaio" de galos", ficou abismado, com tantas denúncias, com acusações de Vereador para Vereador, o que não considerava saudável para a Casa, e pior, quem parecia era o Município de Cabo Frio. Com relação a CPI, disse que havia votado contra sua instauração, visto a certeza de que o Governo Municipal não proibia nenhum ato de corrupção. Adiante, disse que era do PDT e assim sendo, companheiro do Prefeito, mas quando viu o Município quer se desenvolver mas esbarrando no inércio do Governo sentiu-se frustrado e criticava, pois o povo de Cabo Frio elegera novamente José Bonifácio porque se lembrava do seu primeiro governo há dez anos, embora não houvesse altos índices de inflação e evidentemente fosse mais jovem tendo uma visão moderna para sua administração, e assim confessava sua decepção com a administração do Município. Disse a seguir, ser de esperança em ver o abandono dos Bairros, e podia falar especialmente do Bairro do Louzagem onde residia e que necessitava da participação dos serviços da Prefeitura desde os bueiros das Ruas, praças abandonadas até, um melhor recolhimento de lixo, e assim sendo, disse que o Secretário de Obras deveria ser o Vice Prefeito Jaime dos Santos, pela sua capacidade, experiência e devotamento a causa pública e assim, sua preferência por Jaime dos Santos desde o início do Governo jamais o conduziria a negar seu voto com o Prefeito para que sua preferência fosse atendida. Falando da insatisfação popular com o Governo Municipal, o Vereador Wilson da Silva encerrou sua fala. A seguir, ocupou a tribuna o Vereador Alfredo Luiz da Rocha Barchi, afirmando de pronto que ocupava a tribuna até por conta de uma história que o seu partido e que pessoalmente como Vereador de primeiro mandato no fregues dos doges era um ingênuo. Afirma que nunca foi na ingênuo e o PT muito menos, e compreendia tudo o que ocorria na Câmara, e, era uma opção política partidária não fazer política em tal nível. Disse não estar ouvindo, muito menos pensando, que o PT acabaria com tal prática

tivesse tal participação, reafirmando ser um Vereador do seu Partido e não emba-
 so próprio. Disse que o Partido dos Trabalhadores fez inúmeras reuniões, com
 cento e até quarenta pessoas para discutir o "impeachment" e estava o Cora-
 lhuvo, embora pudesse ter até sua opinião, mas o Partido escolhera uma posi-
 ção, e o Relatório não fosse votado em poucos dias, o PT continuaria ali-
 zado, pois o caso era dinâmico demais, o caso ia mudando como todos
 sabemos sendo. Depois disse: "Eu tenho e tenho uma agenda e isso espion-
 ea ela esteve muito forte, eu lembro disso mas com muita lembrança mes-
 mo quando nós fizemos o nosso último comício na Praça Porto Rico, ou
 paulista, mas foi o último da Praça Porto Rico, que nós do PT, colocamos
 uma televisão na Praça Porto Rico para assistirmos ao "impeachment" do
 Collor, os votos que iam se dando no Congresso Nacional para o afastamen-
 to do Presidente Collor. Depois acompanhamos atentamente e aí a imprensa
 fez o seu papel no escândalo do Arrecamento e eu pergunto. Em Cabo Frio tem
 arrecamento Municipal, em Cabo Frio tem dinheiro, tem poder? Então porque
 aqui também não tem CPI para se apurar? Ou será que aqui não tem fôdo? O
 não? aqui nunca teve fôdo Alves? aqui nunca teve Ricardo Fuzo? aqui nunca
 ninguém meteu a mão, nunca se perdeu duplo salário a Vereador? Men-
 to, de quem afirma isso? No Governo Fuzo, foi que praticou isso durante que
 se dois anos, quem não sabe disso? Esses dias um jornal resolveu publicar
 que o Vereador Alfredo Barreto foi eleito com a máquina do SEPE, do prequi-
 nimento SEPE de Cabo Frio, e que é a contribuição de um salário "mirrado" do
 profissional que contribui com um por cento, e alguém começa a jogar esses de-
 talhes para dizer que o Vereador se eleger. Ou topa? Abriam os livros do SEPE,
 abriam os livros de minha conta de campanha, porque tenho todas elas, o Por-
 tado tem todas elas, agora, também quero ver de todo mundo, também vou
 querer saber como foi financiado cada campanha, quero ver de onde veio
 o dinheiro de cada campanha, não só de quem se eleger. Portanto, disse que
 o grande erro do Prefeito, era o mesmo de outros Governos, e, era tomar na
 hora das eleições na Câmara o telefone tocar para o Executivo, quando a au-
 tonomia da Câmara não podia ser quebrada, pois era um dos pilares do Sistema
 Democrático. Adiante disse que muitas vezes emendas de sua autoria não pas-
 savam por ordem do Prefeito, que tal somatório entre Poder Executivo e legi-

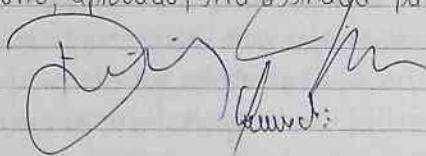
Am

• Talvez em outras oportunidades fora negociado na base do dinheiro, e agora até que lhe fossem apresentados provas era na base da máquina administrativa que trabalhava até um ou outro Vereador, e, valia para a situação e para a oposição, pois todo mundo se lá. Prosseguindo, disse que recordava do Vereador Nilendo do Silva Pereira, e que no momento era riquíssimo, que o Município estava a inaugurar uma nova fase, e de forma alguma poderia ter "pedra em cima", pelo contrário, o pelo tinha que esculpir até onde mesmo, pois se fosse de outro forma, quem iria perder era o povo. lamentou que o Prefeito estava se praticando uma política com "p" (pi) bem minúsculo, e agora surgia o momento para uma reflexão, pois até mesmo na criação de cargos e empregos a coisa era desordenada. Disse a seguir ter sido promovido e haviam lhe oferecido talvez o "Rumo dos Rêus" (RSIC), poderia ser Secretário de Educação ou de Promoção Social ou de Agricultura, e que comprovava a existência de articulações e assim, o sol não podia ser "tapado com o pau", pois o Governo estava errando, e muito. Com relação a EPI instalada e ser pedida, disse já ter dito ao Governo que iria fundo, e havendo certeza quanto aos crimes cometidos iria levar para o Tribunal, e de forma alguma iria ter "colher de chá", e tinha para que não houvesse nada de negativo, mas que todos os fatos fossem devidamente apurados e as pessoas realmente idôneas pudessem se defender. Com relação ao Executivo disse que chegara o momento da mudança com relação a determinadas práticas, mais do que isso, era um momento de reflexão, e quanto a Câmara disse que a instituição tinha que buscar as novas formas de negociação, de relação, tinha que buscar a representatividade. Com relação ao apoio popular disse não ter sido o PT responsável pelo plebiscito feito nos anos 70, e sim entidades como ASPM, SÍPE e Sindicato da Saúde e época de Sr. Saldanha. lamentou que a sociedade não podia deixar que fosse manipulada ou a desusão na Câmara seria feita na luneta, dentro do Gabinete, com alguns levando vantagens, no caso a maioria, o que era lógico. Reportando-se a palavras do Prefeito Municipal naquela data através da Rádio Cabo São, disse não haver razão para ser proletrado a relação do Prefeito e isso o mesmo já estivesse pronto, pois qualquer outra situação em do um e um do Prefeito denotava outras coisas, outras premissas quan

to a manipulação, no que preferia não acreditar. Encerrando o requer ao J. A. O. requer, oupou a Tribuna em Explicação Pessoal o Vereador Eduardo Corio Wita, comunicando inicialmente que a Comissão Processante tinha um prazo até fins de novembro do ano em curso para concluir seus trabalhos. Disse que o Processo estava com o Relator Vereador Silas Rodrigues Bento, e diversos documentos estavam sendo apensados, apresentando volume considerável a serem lidos pela, e ainda, era difícil o trabalho que estava sendo executado de forma exaustiva, dia e noite, e o desgaste físico para tanto que perdera três quilos do seu peso, quando por diversos vezes sequer se alimentava buscando concluir da melhor forma a Comissão, independente de influências políticas. Disse ainda, que o momento vivido pelo Município era difícil e assim, era grande a vontade da Comissão para que o clima emocional não interferisse na conclusão. Fundamentalmente elogiou que a Comissão iria levar ao conhecimento dos Senhores Vereadores o que foi apurado dentro da cidade, e do grau de delas denúncias. Elogiou aos Vereadores Silas Rodrigues Bento e Cirio Bressa de Aguiar, pela dedicação aos trabalhos da Comissão e ainda, colocou a Paes para "vistas" para Vereadores e Comunidade e também a imprensa em relação a tranquilidade de o Prefeito, quando falava que tinha a maioria dos Vereadores, disse que a Comissão trabalhara na realidade em função do Prefeito, dando todos os prazos, respeitou o direito de ampla defesa do Excehuto, não ouviu e nem registou nenhuma prova dentro do processo. Defendeu a independência política da Comissão em relação ao Processo e referiu a disposição de todos encerrando assim sua fala. O requer, oupou a Tribuna o Vereador Silas Rodrigues Bento, comunicando que o Parecer era um documento de muita responsabilidade, e que o momento era, ou seja, não era para binocular, e era necessário consenso para o que seria assinado. Disse que o Processo era muito volumoso, exigindo muita atenção e cuidado, além da integridade que era tributo inseparável do atuidade desenvolvida. Defendeu que a verdade seria montada de forma isenta, porque a Comissão trabalhava de forma imparcial e iria entregar ao Pleno o Relatório fruto de muito trabalho e trabalho escrito. Dirigindo-se aos Vereadores, disse esperar a compreensão de todos, e a inestimável colaboração, em momento emocional em as associações com uma constante e de forma alguma tal clima podia interferir nos trabalhos do EPI. Finalizando, da

Car

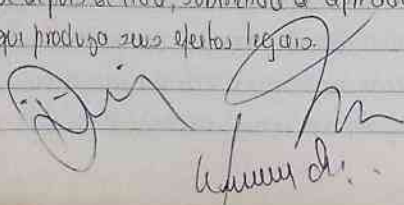
se que o decréto da Comissão Proponente era acima de tudo buscar e mostrar justiça. Não havendo mais oradores para o uso da tribuna em explicação verbal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se levasse a presente Ata, que depois de lida, submetida e aprovada Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.



Assinada:

Ata da Nona Sessão Plenária Ordinária do Segundo Período Legislativo do Câmara Municipal de Belo Horizonte, realizada no dia 04 (quatro) de outubro do ano de 1994.

As dezessete horas do dia 04 (quatro) de outubro do ano de 1994 (mil novecentos e noventa e quatro), sob a Presidência do Vereador Marcos da Rocha Mendes e com a ocupação do Primeiro Secretário "ad hoc" pelo Vereador Waldemar Maurício de Aquino Neto, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Belo Horizonte. Além disso, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Luiz Antônio de Melo Sobos, Orlando da Silva Pereira. Não havendo número regimental o Senhor Presidente suspendeu os trabalhos por quinze minutos. Reunido os trabalhos, o Senhor Presidente Vereador Marcos da Rocha Mendes solicitou ao Senhor Primeiro Secretário Vereador Dirlei Pereira da Silva a chamada regimental para constatação de "quorum". Além disso responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Odalton Pinto de Andrade, Eduardo Romão Neto, Luiz Antônio de Melo Sobos, Orlando da Silva Pereira e Waldemar Maurício de Aquino Neto. Firmando a ausência de "quorum" o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se levasse a presente Ata, que depois de lida, submetida e aprovada Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.



Assinada: